



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA ESPECIAL DE POLICIA FEDERAL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO
PAULO/GUARULHOS - DEAIN/SR/PF/SP

Assunto: **RECURSO DE MULTA**

Destino: **UMIG/DEAIN/SR/PF/SP**

Processo: **08704.005119/2025-10**

Interessado: **PALMIRA INOCENCIA ANTONIO**

1. Trata-se de recurso administrativo apresentado pela nacional moçambicana Palmira Inocência Antônio, em face da aplicação de multa no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), correspondente à ultrapassagem de 50 (cinquenta) dias do prazo de estada legal no país, conforme o artigo 109, inciso II, da Lei nº 13.445/2017, conforme registrado no Auto de Infração nº 1348_02964_2025.
2. Em sua manifestação, a recorrente alegou que o atraso no retorno ao país de origem decorreu de dificuldades financeiras e logísticas para a renovação de seu Registro Nacional Migratório (RNM) e aquisição de passagem aérea. Destacou que sua única fonte de renda no Brasil era uma bolsa de estudos vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), cuja vigência se encerrou em abril de 2025, impossibilitando recursos adicionais para custear o retorno imediato. Juntou aos autos carta de aceite e declaração da UEMG, bem como declaração de hipossuficiência econômica.
3. Após análise dos documentos apresentados, verifica-se que a interessada encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresentou justificativas plausíveis para o descumprimento do prazo de estada, especialmente diante do encerramento recente de vínculo acadêmico formal com instituição brasileira.
4. Assim, com fundamento no § 3º do artigo 113 da Lei nº 13.445/2017, que prevê a possibilidade de isenção da multa em razão de hipossuficiência econômica declarada, DEFIRO o pedido, cancelando-se a multa aplicada no Auto de Infração nº 1348_02964_2025.

ANDRÉA CABALLERO CORRÊA
Agente de Polícia Federal
UMIG/DEAIN/SR/PF/SP



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA CABALLERO CORREA**, Agente de Polícia Federal, em 15/07/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=88101560&crc=67ECB7C0.
Código verificador: **88101560** e Código CRC: **67ECB7C0**.